

REVISEA

REVISTA SERGIPANA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Da Sala de Aula à Imersão Ecológica: educação ambiental no Parque Nacional de Sete Cidades

From the Classroom to Ecological Immersion: environmental education in the Sete Cidades National Park

Del Aula a la Inmersión Ecológica: educación ambiental en el Parque Nacional de Sete Cidades

**Suiane Costa ALVES¹
Lindalva Costa da CRUZ²
Eduardo Viana FREIRES³**

Submetido em: 09/05/2026

Aceito em: 27/08/2026

Publicado em: 14/09/2026

RESUMO

O artigo analisa as contribuições da Educação Ambiental para a formação de sujeitos críticos e socialmente engajados, a partir de experiências educativas imersivas desenvolvidas no âmbito do Programa Parque Escola. A pesquisa, de abordagem qualitativa e delineada como estudo de caso, foi realizada no Parque Nacional de Sete Cidades, no estado do Piauí, e investigou as percepções de estudantes do Ensino Médio acerca do patrimônio ambiental e histórico-cultural. Os dados foram produzidos por meio de observação *in loco* com registro fotográfico e entrevistas semiestruturadas, sendo analisados à luz da análise de

¹ Secretaria da Educação do Estado do Ceará.

² Secretaria da Educação do Estado do Ceará.

³ Secretaria da Educação do Estado do Ceará.



conteúdo. Os resultados evidenciam que as vivências em ambientes naturais favorecem a valorização crítica do patrimônio, fortalecem o vínculo dos estudantes com o território, estimulam o protagonismo discente e contribuem para a construção de uma consciência ecológica e cidadã. Conclui-se que a apropriação pedagógica de unidades de conservação amplia o currículo escolar, integra saberes científicos e culturais e se constitui como estratégia potente para o fortalecimento da sustentabilidade socioambiental e da cidadania crítica.

Palavras-chave: Cidadania Socioambiental; Educação Ambiental; Parque Nacional de Sete Cidades.

ABSTRACT

The article analyzes the contributions of Environmental Education to the formation of critical and socially engaged individuals, based on immersive educational experiences developed within the scope of the School Park Program. The research, adopting a qualitative approach and designed as a case study, was conducted at Sete Cidades National Park, in the state of Piauí, and investigated high school students' perceptions of environmental and historical-cultural heritage. Data were produced through *on-site* observation with photographic records and semi-structured interviews, and analyzed using content analysis. The results show that experiences in natural environments foster a critical appreciation of heritage, strengthen students' connection to the territory, encourage student agency, and contribute to the development of ecological and civic awareness. It is concluded that the pedagogical appropriation of protected areas broadens the school curriculum, integrates scientific and cultural knowledge, and constitutes a powerful strategy for strengthening socio-environmental sustainability and critical citizenship.

Keywords: Socio-Environmental Citizenship; Environmental Education; Sete Cidades National Park.

RESUMEN

El artículo analiza las contribuciones de la Educación Ambiental a la formación de sujetos críticos y socialmente comprometidos, a partir de experiencias educativas inmersivas desarrolladas en el marco del Programa Parque Escuela. La investigación, de enfoque cualitativo y diseñada como estudio de caso, se llevó a cabo en el Parque Nacional de Sete Cidades, en el estado de Piauí, y examinó las percepciones de estudiantes de Educación Secundaria sobre el patrimonio ambiental e histórico-cultural. Los datos se produjeron mediante observación *in situ* con registro fotográfico y entrevistas semiestructuradas, y fueron analizados a la luz del análisis de contenido. Los resultados evidencian que las vivencias en entornos naturales favorecen la valoración crítica del patrimonio, fortalecen el vínculo de los estudiantes con el territorio, estimulan el protagonismo estudiantil y contribuyen a la construcción de una conciencia ecológica y ciudadana. Se concluye que la apropiación pedagógica de las unidades de conservación amplía



el currículo escolar, integra saberes científicos y culturales y se constituye como una estrategia potente para el fortalecimiento de la sostenibilidad socioambiental y de la ciudadanía crítica.

Palabras clave: Ciudadanía Socioambiental; Educación Ambiental; Parque Nacional de Sete Cidades.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as questões ambientais têm emergido com acentuada proeminência no cenário global, impulsionadas pela intensificação da degradação dos ecossistemas e pela iminente ameaça à biodiversidade planetária (Alves, 2023a). Esse panorama impõe à sociedade contemporânea a urgente necessidade de reavaliar seus paradigmas civilizatórios, seus modelos de desenvolvimento e suas práticas socioeconômicas, atribuindo à educação um papel estratégico na consolidação de uma consciência crítica e na edificação de alternativas pautadas na sustentabilidade.

Nesse contexto, os espaços educativos configuram-se como instâncias privilegiadas de sensibilização e transformação sociocultural, sobretudo quando orientados por propostas curriculares que dialogam com as demandas socioambientais contemporâneas e se fundamentam em uma ética ecológica ancorada na corresponsabilidade coletiva pela preservação da vida em todas as suas manifestações (Alves, 2023b).

Sob o influxo dos paradigmas da sustentabilidade e da conservação ecossistêmica, Boff (2012) argumenta que a Educação Ambiental (EA) transcende o viés meramente informativo, assumindo a configuração de um dispositivo pedagógico com potencial transformador. Ao promover práticas educativas que formam sujeitos críticos, eticamente comprometidos e engajados na construção de uma sociedade justa, equânime e ambientalmente responsável, a EA adquire centralidade nas discussões sobre o futuro do planeta.



Nesse processo formativo, os espaços escolares, compreendidos não apenas como estruturas físicas, mas como territórios simbólicos, socioculturais e políticos, assumem um papel crucial na articulação de práticas pedagógicas voltadas à constituição de uma nova racionalidade ambiental, alicerçada na interdependência ontológica entre os seres humanos e a natureza.

Ao incorporarem práticas pedagógicas interdisciplinares, dialógicas e contextualizadas, tais espaços tornam-se férteis para a reflexão crítica, o engajamento coletivo e a ressignificação das práticas cotidianas. Contribuem, assim, para o fortalecimento de uma postura ética ambiental enraizada nas realidades locais, mas com ressonâncias de alcance global.

Essa abordagem expande o escopo da educação para além dos limites tradicionais da sala de aula, valorizando a potência formativa dos ambientes naturais enquanto territórios educativos privilegiados, nos quais teoria e prática, ciência e cultura, sensibilidade e razão se entrelaçam de maneira fecunda.

Nessa direção, a apropriação pedagógica de unidades de conservação, a exemplo de parques estaduais e nacionais, apresenta-se como estratégia inovadora e eficaz no campo da EA, ao proporcionar experiências de aprendizagem imersivas, sensoriais e contextualizadas. Tais vivências potencializam a construção de vínculos afetivos entre os sujeitos e os elementos naturais, promovem a valorização da biodiversidade, favorecem a compreensão da complexidade dos ecossistemas e estimulam a internalização de princípios éticos orientados para a sustentabilidade (Alves, 2024).

A presente investigação inscreve-se nesse horizonte epistemológico e tem como objetivo analisar as percepções discentes acerca do patrimônio ambiental e histórico-cultural, a partir das experiências formativas proporcionadas pelo Programa Parque Escola: aprendendo com a natureza, desenvolvido no Parque Nacional de Sete Cidades, localizado no estado do Piauí.



Buscando responder à seguinte questão: como as experiências do Programa Parque Escola contribuem para a formação da consciência ecológica e cidadania ambiental dos estudantes? A pesquisa centra-se, sobretudo, na valorização do engajamento juvenil na promoção de uma leitura crítica dos bens naturais e culturais enquanto instrumentos de formação cidadã e de construção de uma consciência socioambiental ativa e transformadora.

Nesse sentido, o estudo tem como objetivo analisar as percepções dos estudantes sobre o patrimônio ambiental e histórico-cultural a partir das experiências formativas vivenciadas no âmbito do Programa Parque Escola, desenvolvido no Parque Nacional de Sete Cidades, Piauí, investigando de que modo essas experiências contribuem para a formação da postura ética ambiental, da cidadania ambiental e do protagonismo discente.

A justificativa da pesquisa reside na premente necessidade de consolidar práticas pedagógicas que promovam uma EA situada, articulando os saberes escolares às vivências concretas em territórios dotados de relevância ecológica e cultural. Ao explorar as percepções discentes no âmbito do Programa Parque Escola, pretende-se evidenciar de que modo as vivências pedagógicas em ambientes naturais contribuem para o desenvolvimento de posturas críticas, participativas e sensíveis às múltiplas dimensões implicadas nas questões ambientais e patrimoniais contemporâneas.

Ademais, a proposta responde à imperiosa demanda de ressignificar os currículos escolares à luz de uma abordagem interdisciplinar, que reconheça o patrimônio natural e histórico-cultural como elementos estruturantes da formação integral do sujeito, estando em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018).

Nessa perspectiva, a EA adquire um papel fundamental na constituição de uma cidadania ecológica, crítica e socialmente engajada, apta a enfrentar os desafios emergentes da contemporaneidade com responsabilidade, sensibilidade e



compromisso ético, tornando-se pertinente analisar iniciativas que materializam tais pressupostos pedagógicos, articulando teoria e prática em territórios educativos não convencionais, como é o caso do Programa Parque Escola.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Programa Parque Escola, idealizado pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC), em cooperação com a Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima (SEMA), configura-se como uma iniciativa paradigmática no âmbito das políticas públicas educacionais voltadas à promoção de uma Educação Ambiental Crítica (EAC).

De acordo com Ramos Moreira e Marques (2020), a EAC apresenta-se como aquela que proporcionam a problematização de temáticas com perspectivas hegemônicas, promovendo a reflexão sobre as causas estruturais das questões socioambientais e incentivando a participação ativa na transformação da realidade, a partir de uma postura ética, emancipatória e politicamente engajada.

Tal proposta fundamenta-se na apropriação pedagógica de unidades de conservação, como parques estaduais e nacionais, concebidos como territórios de aprendizagem imersiva, experiencial e interdisciplinar. Almeja-se, com isso, transpor os limites tradicionais da sala de aula, inserindo os discentes em contextos naturais de elevada relevância ecológica, histórica e cultural, de modo a potencializar os processos formativos e fomentar uma consciência ambiental cidadã, comprometida com a sustentabilidade e a justiça socioambiental (Ceará, 2025).

A proposta está alinhada aos princípios fundamentais da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), pautando-se em uma perspectiva integradora que busca promover, entre educadores e educandos, o engajamento ativo na



construção de uma cultura ambiental fundamentada na ética da responsabilidade socioecológica (Brasil, 2018).

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a EDS emerge como uma resposta essencial aos desafios urgentes enfrentados pelo planeta, ao capacitar indivíduos por meio do desenvolvimento de conhecimentos, valores e atitudes indispensáveis para uma convivência ambientalmente responsável, economicamente viável e socialmente justa (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION – UNESCO, 2021).

Nesse sentido, Orr (1992) infere que a sustentabilidade depende de uma educação transformadora, capaz de integrar o conhecimento ecológico aos princípios éticos e à responsabilidade social, com o objetivo de fomentar a construção de um futuro sustentável.

Conforme assevera Ceará (2025, p. 1), o programa em questão visa “[...] promover a consciência coletiva capaz de discernir a importância da conservação dos recursos naturais e da preservação dos diferentes ambientes como base para a sustentação da qualidade de vida [...]”. Trata-se, portanto, de uma estratégia educativa destinada à formação de sujeitos críticos, eticamente comprometidos e sensíveis às complexas inter-relações entre sociedade e natureza, capazes de atuar como agentes efetivos de transformação social e ambiental.

Nesse contexto, destaca-se a experiência do Programa Parque Escola no Parque Nacional de Sete Cidades, situado no estado do Piauí. Trata-se de um território singular de aprendizagem e valorização do patrimônio natural e cultural brasileiro. Esse cenário privilegiado favorece o desenvolvimento de práticas educativas interdisciplinares, promovendo vivências que integram conhecimentos científicos, históricos e culturais a experiências sensoriais, contemplativas e imersivas em meio à natureza.



O Parque Nacional (PARNA) de Sete Cidades foi criado pelo Decreto Federal Nº 50.744, de 8 de junho de 1961, estando situado a Nordeste do estado do Piauí, em terras dos municípios de Brasileira e Piracuruca, entre as coordenadas de Latitude 04° 05' S a 04° 15' S e Longitude 41° 30' W a 41° 45' W. Possui uma área de 6.221,48 hectares, delimitada em um perímetro de 36,2 km (Cavalcante, 2014, p. 1).

A inserção dos educandos nesse ambiente singular favorece o desencadeamento de reflexões profundas acerca da identidade, da ancestralidade, da memória coletiva e da urgência da preservação ambiental (Lima; Alves, 2022). Desse modo, consolida-se como um catalisador do despertar de uma sensibilidade socioambiental crítica e do fortalecimento do protagonismo juvenil na defesa do meio ambiente.

O parque é constituído por um impressionante conjunto de formações rochosas monumentais, distribuídas em sete áreas geograficamente demarcadas, cujas configurações naturais evocam figuras antropomórficas, silhuetas zoomórficas e uma multiplicidade de signos enigmáticos que alimentam o imaginário coletivo e desafiam os limites da interpretação simbólica (Cavalcante, 2014).

Tais estruturas geológicas dispostas na fotografia 1, moldadas ao longo de milênios pela incessante ação de agentes erosivos, coexistem com inscrições rupestres de valor inestimável, atribuídas a grupos humanos pré-históricos que habitaram a região em tempos imemoriais (Santos, 2001).



Fotografia 1 – Inscrições rupestres de valor inestimável no Parque Nacional de Sete Cidades



Fonte: Registrada pelos autores.

Esses registros arqueológicos constituem testemunhos preciosos da presença e da cosmovisão dos povos originários, revelando aspectos de suas práticas culturais, espirituais e sociais, que permanecem como herança identitária constitutiva do território nacional. A fotografia 1 mostra que “Os grafismos rupestres foram realizados em pontos de erosão alveolar (ou erosão salina) que sulcou pequenas cavernas e arcos naturais nos arenitos” (Cavalcante, 2014, p. 10).

A morfologia marcante nos monumentos formados pelos arenitos destaca-se pela feição semelhante à carapaça de tartaruga, um mosaico formado por escamas poligonais, aparentemente imbricadas como telhas (Cavalcante, 2014, p. 8).

Ademais, o Parque Nacional de Sete Cidades, que abriga o sítio arqueológico, constitui-se como um espaço de elevada importância ecológica, científica e educativa, abrigando uma biodiversidade notável, composta por espécies endêmicas de fauna e flora.

Essa riqueza natural, associada ao valor histórico e simbólico do local, transforma o parque em um verdadeiro santuário do conhecimento, propício ao desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares e à realização de práticas

pedagógicas que incentivem a valorização do patrimônio ambiental, bem como o cultivo de uma nova ética de convivência entre o ser humano e os ecossistemas.

Reconhecido como patrimônio natural e cultural de significativa relevância nacional (Santos, 2001), o Parque Nacional de Sete Cidades detém extraordinário potencial pedagógico, figurando como *locus* privilegiado de confluência entre os saberes acadêmicos e os saberes tradicionais, entre o legado ancestral e os desafios contemporâneos da sustentabilidade.

Ao articular o turismo ecológico, a educação patrimonial, a investigação científica e a formação cidadã, esse espaço assume um papel estratégico na difusão de valores voltados à preservação ambiental e ao fortalecimento da identidade cultural brasileira (Cavalcante, 2014).

Assim, ao ser integrado ao Programa Parque Escola, o Parque Nacional de Sete Cidades reafirma sua vocação educativa e simbólica, consolidando-se como um espaço de diálogo fecundo entre ciência, cultura e natureza. Trata-se, enfim, de uma verdadeira escola a céu aberto, onde o passado ecoa nas rochas e o futuro se delineia na formação de sujeitos críticos, sensíveis e comprometidos com a sustentabilidade planetária.

Diante do exposto, evidencia-se que o Programa Parque Escola, ao articular experiências pedagógicas em ambientes naturais de elevada relevância ecológica e cultural, configura-se como um potente instrumento para a formação de uma consciência ecológica crítica e engajada.

As reflexões teóricas aqui apresentadas sustentam a premissa de que vivências educativas imersivas, como as proporcionadas no Parque Nacional de Sete Cidades, contribuem significativamente para o fortalecimento do protagonismo discente, a valorização do patrimônio e o desenvolvimento de atitudes comprometidas com a sustentabilidade. A seguir, serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, com vistas a analisar, à luz desse referencial, as percepções dos estudantes envolvidos no programa.



3 METODOLOGIA

A presente investigação apresenta-se como um estudo de caso, compreendido, conforme Triviños (1987), como uma estratégia metodológica voltada à apreensão aprofundada, densa e contextualizada de um fenômeno singular, inserido em sua realidade concreta.

Esse delineamento permite a análise de múltiplas dimensões interligadas, considerando os sujeitos envolvidos, os processos em curso e os significados atribuídos à experiência vivenciada. Nessa perspectiva, adota-se uma abordagem qualitativa e interpretativa, orientada pela busca de uma compreensão crítica e reflexiva das interações sociais e educativas observadas.

É importante destacar que o Programa Parque Escola constitui uma política pública educacional desenvolvida no Estado do Ceará, idealizada pela SEDUC, em cooperação com a SEMA. No âmbito dessa iniciativa, foram realizadas atividades pedagógicas em diferentes espaços naturais cearenses, incluindo o Parque Estadual do Cocó, em Fortaleza, o Parque Estadual Botânico do Ceará, em Caucaia, a Floresta do Curió, em Fortaleza, a Chapada do Araripe e o Geopark Araripe, em Juazeiro do Norte, com o propósito de promover experiências educativas voltadas à EAC.

Nesse contexto, os discentes foram incentivados a participar de um concurso de redação promovido pela SEDUC, concebido como uma estratégia pedagógica e um instrumento formativo no âmbito do Programa Parque Escola. A iniciativa teve como objetivo estimular o pensamento crítico, fomentar o diálogo e aprofundar reflexões sobre EA, a partir da experiência direta e sensível com o meio ambiente.

Como desdobramento das ações formativas promovidas pelo Programa Parque Escola e do concurso de redação, os discentes foram convidados a participar de uma atividade de campo no Parque Nacional de Sete Cidades,



localizado no Estado do Piauí. Ressalta-se que essa atividade não corresponde a uma implementação do Programa Parque Escola no território piauiense, mas a uma experiência educativa vinculada à iniciativa cearense, realizada mediante convite institucional, com o objetivo de ampliar as vivências socioambientais dos participantes em diferentes contextos naturais.

Como consequência do concurso de redação e das visitas pedagógicas previamente realizadas no Parque Estadual do Cocó, os estudantes foram convidados a participar de uma atividade de campo no Parque Nacional de Sete Cidades, reconhecido por sua importância ambiental, histórica, cultural e científica. Essa visita configurou-se como uma oportunidade formativa significativa, fortalecendo a sensibilização ambiental, a percepção crítica e a construção de significados relacionados à EA, em consonância com as discussões de Ceará (2016).

A experiência contou com a participação de quatro técnicos da SEDUC, dois técnicos da SEMA, vinte e dois professores e vinte e três alunos das 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio. Assim, a pesquisa ancora-se na abordagem qualitativa, compreendida, segundo Triviños (1987), como um campo teórico-metodológico fundamentado em procedimentos interpretativos que visam à compreensão da lógica interna dos fenômenos sociais, considerando os sentidos e significados construídos pelos sujeitos em seus contextos socioculturais.

A investigação constitui-se, portanto, como um recorte empírico voltado à apreensão da complexidade inerente ao objeto de estudo, as práticas educativas desenvolvidas durante a atividade de campo realizada no Parque Nacional de Sete Cidades, experiência vinculada às ações formativas do Programa Parque Escola, uma iniciativa educacional do Estado do Ceará. Esse enfoque possibilita uma leitura holística da realidade, ao transcender a descrição factual dos eventos para adentrar o universo simbólico, relacional e formativo que permeia as vivências dos sujeitos implicados.



Ao mobilizar a experiência concreta dos estudantes no espaço do Parque Nacional de Sete Cidades, o concurso favorece a articulação entre saberes escolares e conhecimentos construídos a partir da interação com a natureza, possibilitando a ressignificação das percepções ambientais e o fortalecimento de atitudes éticas, responsáveis e comprometidas com a conservação socioambiental. Dessa forma, a prática da escrita assume um papel central como meio de expressão, elaboração reflexiva e construção de sentidos, contribuindo para a formação integral dos sujeitos e para a consolidação da EA enquanto prática educativa crítica e transformadora.

A adoção da abordagem qualitativa revela-se essencial para captar as múltiplas camadas de sentido presentes nos discursos de educadores, educandos e técnicos vinculados à SEDUC e à SEMA, enquanto sujeitos diretamente envolvidos nas ações educativas realizadas. Tal escolha metodológica permite compreender como esses atores percebem, vivenciam e atribuem significados às práticas pedagógicas experienciadas, bem como à interface entre patrimônio, natureza e EAC.

Quanto às técnicas de coleta de dados, utilizaram-se a observação e a entrevista. A observação foi conduzida com registro fotográfico *in loco*, conforme orienta Tittoni (2015), destacando-se pela flexibilidade e acessibilidade da fotografia como recurso técnico e documental.

Já a entrevista, conforme Triviños (1987), constitui uma técnica fundamental para a obtenção de dados qualitativos, por possibilitar o acesso aos pontos de vista dos participantes, suas experiências, interpretações e significados atribuídos aos fenômenos investigados. No contexto desta pesquisa, a entrevista se apresentou semiestruturada com questões abertas de forma a favorecer a livre expressão dos sujeitos, permitindo o aprofundamento das narrativas, a emergência de sentidos não previamente previstos e a flexibilidade necessária para



acompanhar o fluxo discursivo dos participantes, sem perder de vista os objetivos da investigação.

Essa modalidade de entrevista possibilitou aos pesquisadores explorar, de maneira dialógica e contextualizada, as percepções, vivências e interpretações dos estudantes, professores e técnicos envolvidos no Programa Parque Escola, assegurando, ao mesmo tempo, a comparabilidade mínima entre os relatos e a densidade analítica requerida pela abordagem qualitativa.

Para a sistematização e interpretação dos dados empíricos, recorreu-se à análise de conteúdo, conforme os pressupostos teórico-metodológicos delineados por Bardin (1977). Trata-se de um conjunto articulado de procedimentos sistemáticos e rigorosos, voltados à descrição e inferência do conteúdo manifestado nas falas e registros, permitindo a identificação de núcleos de sentido e unidades temáticas emergentes do corpus textual.

A aplicação dessa técnica favoreceu a categorização dos dados a partir da recorrência de temas nas narrativas dos sujeitos participantes, possibilitando uma leitura analítica e fundamentada dos significados atribuídos à experiência educativa no Programa Parque Escola. As análises foram organizadas com base em três categorias analíticas centrais: (1) Valorização do Patrimônio Ambiental e Histórico-Cultural; (2) Protagonismo Estudantil e Formação Cidadã; e (3) Integração Curricular e Interdisciplinaridade na Educação Ambiental.

Tais categorias emergiram da interlocução dialética entre os dados empíricos e os referenciais teóricos que sustentam a pesquisa, permitindo uma compreensão aprofundada das experiências formativas analisadas. A categorização também possibilitou sistematizar as percepções de docentes e discentes, bem como identificar os sentidos por eles atribuídos às práticas pedagógicas vivenciadas no Parque Nacional de Sete Cidades.

A metodologia adotada demonstrou-se, portanto, coerente com os objetivos propostos e sensível à complexidade do objeto investigado, reafirmando o valor do



estudo de caso como estratégia fecunda e legítima de investigação científica no campo das Ciências Humanas e da Educação.

Por fim, ressalta-se que a pesquisa observou os princípios éticos que regem estudos com seres humanos, garantindo o anonimato dos participantes, a participação voluntária e o uso exclusivo dos dados para fins acadêmico-científicos, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016). Todos os sujeitos foram previamente informados sobre os objetivos da investigação e consentiram formalmente por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Cumprе reconhecer que o percurso metodológico adotado apresenta limitações inerentes à natureza qualitativa e ao delineamento do estudo de caso. A investigação concentrou-se em um contexto específico, correspondente à atividade de campo realizada no Parque Nacional de Sete Cidades, no Piauí, como parte de uma ação educativa vinculada ao Programa Parque Escola, desenvolvido no Estado do Ceará, o que restringe a possibilidade de generalização dos resultados para outros contextos educativos ou territórios socioambientais distintos.

Ademais, o número de participantes, embora suficiente para uma análise aprofundada e densa das percepções e significados atribuídos à experiência vivenciada, não permite inferências de caráter quantitativo ou comparativo. Destaca-se, ainda, que os dados foram produzidos a partir de recortes temporais específicos, vinculados às atividades realizadas durante a imersão pedagógica, o que pode não capturar mudanças atitudinais de longo prazo nos sujeitos envolvidos.

Além disso, é importante considerar que a análise de dados qualitativos, mesmo quando realizada com rigor metodológico e sólido embasamento teórico, envolve necessariamente a interpretação dos pesquisadores, característica inerente a esse tipo de abordagem. Essas limitações, entretanto, não comprometem a consistência do estudo; ao contrário, delimitam seu alcance



analítico e evidenciam a importância de pesquisas futuras que explorem a temática a partir de perspectivas temporais, metodológicas e empíricas mais amplas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção dedica-se à análise crítica e à discussão interpretativa dos resultados obtidos ao longo da investigação. À luz da categoria analítica Valorização do Patrimônio Ambiental e Histórico-Cultural, constatou-se que os discentes demonstraram uma ampliação significativa de suas compreensões sobre a importância dos recursos naturais e culturais. Essa mudança revelou uma percepção mais sensível, crítica e engajada diante das dinâmicas de conservação e das ameaças que incidem sobre esses patrimônios.

Nesse sentido, Boff (2012) destaca que uma relação respeitosa e amorosa com a Terra é fundamento de uma ética ecológica profunda, capaz de despertar novos sentidos de pertencimento e responsabilidade. As vivências no Parque Nacional de Sete Cidades catalisaram reflexões que extrapolaram os limites do currículo escolar tradicional (Fotografia 2), despertando nos estudantes um olhar mais atento à singularidade do território, à ancestralidade inscrita nas formações geológicas e às interações milenares entre os povos originários e o meio ambiente.

Tratou-se de um processo formativo que promoveu a ressignificação do espaço natural como patrimônio identitário, histórico e simbólico. A imersão no território também favoreceu o desenvolvimento de um pensamento mais crítico em relação às práticas predatórias e à negligência histórica com os saberes tradicionais, frequentemente marginalizados nas abordagens escolares hegemônicas (Mignolo, 2017).

As falas e produções dos discentes evidenciam uma apropriação ativa dos conteúdos, sinalizando um deslocamento de perspectiva: de observadores passivos para sujeitos implicados na preservação e valorização dos bens comuns.



Dessa forma, a experiência educativa analisada evidencia o potencial das práticas pedagógicas territorializadas ao articular conhecimentos escolares, saberes comunitários e vivências construídas a partir do contato direto com diferentes espaços sociais e ambientais. Ao compreender o território como uma dimensão educativa, marcada por relações históricas, culturais e socioambientais, a proposta amplia as possibilidades de aprendizagem, favorecendo uma formação mais contextualizada, reflexiva e comprometida com a realidade dos estudantes.

Fotografia 2 – (A) Arco do Triunfo no Parque Nacional de Sete Cidades; (B) Formações geológicas evidenciando a riqueza ambiental local.



Fonte: Registrada pelos autores.

Os relatos analisados indicam o surgimento de um sentimento de pertencimento e de corresponsabilidade coletiva, evidenciando o potencial pedagógico das práticas educativas contextualizadas em territórios de elevada densidade ecológica, cultural e simbólica, em consonância com as reflexões de Alves (2023a). Um exemplo expressivo dessa apropriação crítica pode ser observado no depoimento de uma estudante da 1ª série:

Participar do Programa Parque Escola me fez enxergar o parque não só como um lugar bonito, mas como um espaço cheio de histórias, de vida e de significados que precisam ser respeitados e preservados. Agora eu entendo que cuidar da natureza é também cuidar da nossa própria história (Relato da estudante RCS da 1ª série do Ensino Médio).

Outro depoimento relevante é o de uma técnica da SEDUC, que reconhece o caráter estratégico da iniciativa: “A promoção do Programa Parque Escola no Parque Nacional de Sete Cidades configurou-se como uma ação estratégica, mobilizando professores e estudantes para a importância da conservação ambiental” (Relato da professora LC, técnica da SEDUC).

Esses depoimentos evidenciam que o contato direto com o patrimônio natural e histórico-cultural, mediado por práticas educativas sensíveis e territorializadas, contribui de forma decisiva para a formação de sujeitos reflexivos, conscientes de seu papel na preservação e valorização da herança sociocultural e ambiental. Como observa um técnico da SEMA:

A integração entre EA e gestão territorial é fundamental para consolidar práticas sustentáveis que respeitem a diversidade biológica e cultural da região. O Programa Parque Escola demonstra que, quando as instituições se articulam com a comunidade escolar, criam-se condições para o desenvolvimento de uma consciência ambiental crítica, capaz de transformar realidades locais e fortalecer o compromisso coletivo com a conservação dos nossos patrimônios (Relato do técnico MAO, integrante da equipe de EA da SEMA).

Essa aproximação vivencial com o território possibilitou aos estudantes estabelecerem novas relações com os espaços visitados, compreendendo-os como ambientes constituídos por histórias, práticas culturais e desafios coletivos. Nesse processo, a experiência contribuiu para o desenvolvimento de uma percepção mais sensível acerca das questões ambientais e sociais, estimulando atitudes de cuidado, pertencimento e responsabilidade diante do patrimônio natural e cultural compartilhado (Alves, 2024).

Esses resultados reafirmam a relevância de estratégias pedagógicas que promovam a imersão dos discentes em territórios de valor patrimonial, favorecendo o entrelaçamento entre conhecimento, sensibilidade e ética, elementos



fundamentais para a constituição de uma sensibilidade socioambiental crítica e de um compromisso efetivo com a sustentabilidade.

No âmbito do Programa Parque Escola, a valorização do patrimônio transcende a admiração estética ou o reconhecimento histórico, expressando-se como atitude ética e compromisso prático com a preservação e a continuidade das heranças naturais e culturais que compõem a identidade do território e, por extensão, da nação.

Em relação à categoria Protagonismo Estudantil e Formação Cidadã, observou-se o crescente engajamento dos estudantes em processos participativos, assumindo posturas de protagonismo ativo na construção coletiva do conhecimento e na defesa dos valores socioambientais inerentes ao território estudado.

Esse protagonismo não se restringiu ao âmbito do aprendizado formal, mas extrapolou os limites institucionais, manifestando-se em iniciativas autônomas de mobilização comunitária e em práticas colaborativas que evidenciam a internalização de princípios democráticos e de responsabilidade social, como evidenciado na trilha ecológica realizada pelo grupo (Fotografia 3).

Fotografia 3 – Trilha ecológica com estudantes, professores e técnicos da SEDUC e SEMA



Fonte: Registrada pelos autores.

Os estudantes envolvidos nesta edição do programa desenvolveram apresentações e oficinas em suas escolas e eventos locais como o Ceará Científico, compartilhando os conhecimentos adquiridos ao longo das atividades e

promovendo debates sobre a importância da conservação ambiental, da valorização do patrimônio natural e da participação cidadã.

Essas ações não apenas ampliaram o alcance das discussões iniciadas no contexto do programa, como também fortaleceram o engajamento dos jovens com as demandas reais de seus territórios, contribuindo para a formação de redes colaborativas e de apoio mútuo (Ceará, 2025).

Nesse contexto formativo, destaca-se a participação dos discentes no concurso de redação promovido pela SEDUC, concebido como estratégia pedagógica e instrumento formativo no âmbito do Programa Parque Escola. A iniciativa revelou-se um dispositivo potente de aprofundamento das experiências vivenciadas no Parque Nacional de Sete Cidades, ao estimular os estudantes a elaborarem, por meio da escrita, reflexões críticas acerca da EA, ancoradas na vivência direta, sensível e contextualizada com o território.

Ao mobilizar a experiência concreta no espaço do parque, o concurso favoreceu a articulação entre os saberes escolares e os conhecimentos construídos a partir da interação com a natureza, possibilitando a ressignificação das percepções ambientais e o fortalecimento de atitudes éticas, responsáveis e comprometidas com a conservação socioambiental, em consonância com os pressupostos teóricos de Ramos Moreira e Marques (2020).

A escrita, nesse processo, assumiu um papel central enquanto prática de elaboração reflexiva, expressão de sentidos e construção de narrativas autorais, permitindo aos estudantes sistematizarem aprendizagens, emoções e posicionamentos críticos frente às problemáticas socioambientais contemporâneas.

Essa estratégia evidencia que a EA, quando articulada a práticas discursivas e autorais, ultrapassa o caráter informativo e assume uma dimensão formativa ampliada, alinhada aos pressupostos da EAC. O concurso de redação, ao promover o diálogo, a argumentação e a reflexão escrita, contribuiu



significativamente para a consolidação do protagonismo estudantil e para a formação integral dos sujeitos, reafirmando a EA como prática educativa crítica, emancipatória e transformadora.

Assim, a vivência proporcionada pelo programa impulsionou o desenvolvimento de habilidades críticas, reflexivas e comunicativas, favorecendo a formação de sujeitos capazes de articular saberes científicos e tradicionais, além de incorporar uma postura ética e comprometida com a transformação das realidades locais. Nas palavras de um estudante do 2º ano:

A experiência foi extraordinária, pois pude perceber que não somos apenas espectadores do mundo, mas agentes ativos que podem influenciar e transformar o ambiente em que vivemos. Aprendi que cuidar do nosso patrimônio é também cuidar do nosso futuro e da comunidade à qual pertencemos (Relato do estudante YCT da 2ª série do Ensino Médio).

Esse depoimento exemplifica a incorporação do protagonismo discente como dimensão constitutiva de uma formação cidadã, na qual o conhecimento se articula com a ação responsável e o engajamento social.

Assim, o Programa Parque Escola consolida-se como uma proposta educativa capaz de promover não apenas a aprendizagem conceitual, mas o exercício da cidadania ambiental crítica e participativa, fundamental à construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável, em consonância com as reflexões de Alves (2023b). Nesse contexto interinstitucional, uma professora destaca:

A parceria entre a SEDUC e a SEMA revela-se extremamente estratégica, na medida em que viabiliza o fortalecimento da EA por meio de ações integradas e de uma abordagem plural, capaz de contemplar distintas perspectivas e saberes (Relato da professora TSA, lotada em uma escola da SEDUC).

Tais constatações reforçam a importância das experiências educativas territorializadas como espaços de fortalecimento da cidadania (Alves, 2024), ao



favorecerem processos formativos articulados às realidades locais e aos desafios socioambientais contemporâneos. Nesse contexto, a parceria entre SEDUC e SEMA evidencia a relevância da integração entre diferentes setores públicos para a consolidação de políticas de EA, conforme destaca o técnico da SEDUC:

O trabalho alinhado entre a SEDUC e a SEMA potencializa a efetividade das políticas públicas voltadas à EA, ao promover uma atuação sinérgica que valoriza os territórios, integra saberes e fortalece o protagonismo dos estudantes na construção de práticas sustentáveis e socialmente responsáveis (Relato do professor TCFV, técnico da SEDUC).

Dessa maneira, o Programa Parque Escola demonstra que iniciativas baseadas na cooperação institucional e na valorização dos territórios contribuem para ampliar as possibilidades da EA, articulando conhecimentos, experiências e práticas que favorecem uma relação mais consciente entre os sujeitos e os espaços em que estão inseridos.

Por fim, a partir da categoria Integração Curricular e Interdisciplinaridade na Educação Ambiental, evidencia-se que as temáticas ambientais estabelecem um diálogo profícuo com múltiplos componentes curriculares, subvertendo a lógica fragmentada e compartimentalizada do ensino tradicional e sinalizando a necessidade premente de uma educação contextualizada, dialógica e imbuída de significados amplos e integradores.

Nesta edição do programa, a participação integrada de docentes das áreas de Biologia, Física, Geografia, História, Língua Portuguesa, Matemática e Química evidenciou a transversalidade e a riqueza epistemológica da abordagem ambiental, demonstrando seu potencial para interligar e enriquecer diversas dimensões do conhecimento científico e humanístico.

Durante as trilhas ecológicas e visitas interpretativas, os estudantes mobilizaram conhecimentos de diferentes áreas, como Biologia (ecossistemas e biodiversidade), Física (fenômenos naturais, como luminosidade e energia nos

ecossistemas), Geografia (formações geológicas e relevo), História (povos originários e patrimônio cultural), Língua Portuguesa (produção textual com temática ambiental), Matemática (análise de dados ambientais e quantificação de recursos naturais) e Química (processos de decomposição, ciclos da matéria e qualidade da água), em uma abordagem interdisciplinar que ampliou significativamente os objetivos de aprendizagem do currículo formal.

Ao articular saberes científicos com o contexto sociocultural local, a experiência promoveu uma compreensão mais integrada da realidade, fortalecendo a conexão entre teoria e prática. A presença concomitante de múltiplas disciplinas possibilitou uma exploração multidimensional dos temas ambientais (Boff, 2012), contemplando desde a análise crítica dos impactos ecológicos e dos processos naturais, passando pelas representações simbólicas da natureza no campo da linguagem, até a quantificação de impactos e a compreensão das transformações químicas e físicas nos ecossistemas.

Essa diversidade de perspectivas epistemológicas e ontológicas contribuiu de forma significativa para o aprofundamento do processo de ensino-aprendizagem, proporcionando aos discentes uma visão holística, integrada e crítica da realidade socioambiental.

As atividades implementadas favoreceram a articulação dialógica entre saberes científicos, culturais e sociais, promovendo não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o florescimento de valores éticos e a consolidação de atitudes responsáveis diante dos desafios socioambientais contemporâneos.

Sob essa perspectiva, a interdisciplinaridade revela-se uma estratégia pedagógica potente e profícua, conforme apontam Lima e Alves (2022), ao mobilizar conteúdos e saberes distintos em torno da problematização de questões concretas, aproximando o currículo escolar das experiências vivenciais dos estudantes.



Ressalta-se que a vivência no Parque Nacional de Sete Cidades possibilitou a integração das competências gerais da BNCC (Brasil, 2018), especialmente aquelas relacionadas à valorização da diversidade cultural, à responsabilidade socioambiental e à participação ativa dos estudantes. As atividades desenvolvidas estabeleceram um diálogo direto com os componentes curriculares de Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Linguagens, promovendo aprendizagens significativas, contextualizadas e alinhadas ao currículo contemporâneo.

Ademais, o trabalho cooperativo entre os docentes incentivou a adoção de práticas colaborativas e o planejamento pedagógico coletivo, fortalecendo o ambiente escolar como espaço privilegiado de aprendizagem compartilhada, inovação didático-pedagógica e exercício pleno da cidadania. Dessa forma, o Programa Parque Escola reafirma e potencializa o papel da escola como agente catalisador de transformações sociais, ao fomentar uma EAC, emancipatória e comprometida com os imperativos da sustentabilidade e da justiça social.

Nesse processo, foram problematizados alguns desafios institucionais, dentre os quais os entrevistados destacaram as dificuldades de financiamento que incidem na manutenção de programas como o Parque Escola, bem como a dependência de articulações intersetoriais contínuas, a necessidade de formação continuada dos docentes para a consolidação de práticas pedagógicas alinhadas à EAC e as limitações logísticas e administrativas que, por vezes, comprometem a regularidade e a ampliação das ações educativas em territórios de conservação. Conforme destaca uma técnica da SEDUC:

A execução do Programa Parque Escola enfrenta diversos desafios, dentre os quais se destacam as limitações de recursos financeiros. Soma-se a isso a reduzida dimensão da equipe técnica frente à elevada demanda de escolas e ações a serem atendidas, o que impõe restrições operacionais à implementação do programa. Trata-se, portanto, de um conjunto de desafios estruturais que incidem diretamente sobre a efetividade e a expansão da iniciativa (Relato da professora PCH, técnica da SEDUC).



Tais desafios evidenciam que a sustentabilidade de programas dessa natureza demanda não apenas vontade política, mas igualmente planejamento institucional, investimento público sistemático e a consolidação de políticas educacionais integradas, que assegurem sua permanência, capilaridade e efetividade no longo prazo, em consonância com as diretrizes da UNESCO (2021).

Assim, a articulação entre as diversas esferas do setor público torna-se fundamental na manutenção de programas vinculados à EA, uma vez que a efetividade e a continuidade dessas iniciativas dependem da cooperação entre a esfera federal, responsável pela formulação de diretrizes nacionais, pela gestão de unidades de conservação e pelo fomento a políticas estruturantes; a esfera estadual, incumbida da coordenação pedagógica, do financiamento complementar e da implementação das ações no âmbito dos sistemas de ensino; e a esfera municipal, que atua de forma mais direta junto às escolas e comunidades locais, assegurando a territorialização das práticas educativas.

Essa atuação integrada favorece a otimização de recursos, o alinhamento de políticas públicas e a consolidação de ações intersetoriais capazes de sustentar, no longo prazo, programas de EA comprometidos com a formação crítica, a valorização do território e o exercício da cidadania.

Ao dialogar com desafios historicamente presentes no campo da EA em escolas públicas brasileiras, a experiência do Programa Parque Escola contribui para o debate nacional ao evidenciar caminhos possíveis para a superação da fragmentação curricular e da abordagem pontual da EA. Ao articular política pública, território e práticas pedagógicas contextualizadas, o programa tensiona concepções reduzidas de EA, reafirmando-a como prática formativa contínua, crítica e integrada ao projeto educativo da escola pública.

Ademais, ao assumir explicitamente as tensões e limites inerentes à sua implementação, como a dependência de mediações docentes, a rigidez curricular e a descontinuidade das ações, a experiência oferece elementos analíticos



relevantes para a reflexão sobre a efetivação da EAC em contextos reais, contribuindo para qualificar o debate nacional não apenas no plano normativo, mas sobretudo no campo das práticas educativas concretas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação no Parque Nacional de Sete Cidades, desenvolvida no âmbito do Programa Parque Escola, evidenciou o potencial transformador dos territórios naturais e culturais quando apropriados pedagogicamente como espaços de aprendizagem. As experiências analisadas demonstraram que a EA, ao ser vivida em contextos imersivos, fortalece a postura ética ambiental e contribui para a construção de uma cidadania crítica, participativa e sensível às interrelações entre sociedade e natureza.

Entre as estratégias formativas que se destacaram no âmbito do Programa Parque Escola, a participação dos discentes no concurso de redação promovido pela SEDUC revelou-se particularmente significativa. Ao convocar os estudantes à produção escrita a partir de suas vivências no Parque Nacional de Sete Cidades, a iniciativa potencializou a elaboração reflexiva das experiências, favorecendo o aprofundamento do pensamento crítico e a construção de sentidos sobre a EA ancorados na experiência concreta com o meio ambiente.

A prática da escrita, nesse contexto, configurou-se como instrumento pedagógico de mediação entre experiência, reflexão e ação, contribuindo para a ressignificação das percepções ambientais e para o fortalecimento de atitudes éticas e responsáveis frente à conservação socioambiental.

Os depoimentos dos estudantes confirmam essa transformação. Como destacou uma aluna da 1ª série do Ensino Médio, ao afirmar que passou a enxergar o parque “[...] não só como um lugar bonito, mas como um espaço cheio de histórias, de vida e de significados que precisam ser respeitados e preservados



[...]”, evidencia-se a mudança de percepção que transcende o olhar estético para alcançar uma compreensão ética e identitária do patrimônio. Essa fala reforça o papel das práticas educativas em promover a ressignificação dos ambientes naturais como territórios de memória, identidade e corresponsabilidade coletiva.

No mesmo sentido, o relato de um estudante da 2ª série do Ensino Médio, ao reconhecer que “[...] não somos apenas espectadores do mundo, mas agentes ativos que podem influenciar e transformar o ambiente em que vivemos [...]”, confirma a emergência do protagonismo juvenil como um dos resultados mais significativos da experiência. Essa tomada de consciência posiciona os jovens como sujeitos de ação, capazes de articular saberes e práticas voltadas para a preservação e para a transformação social.

As falas de professores e técnicos complementam essa análise ao apontar para a relevância institucional e pedagógica da iniciativa. Uma técnica da SEDUC destacou que o Programa Parque Escola se configurou como uma ação estratégica, capaz de mobilizar os estudantes em torno da conservação ambiental. Essa visão institucional evidencia que a integração entre política pública e práticas educativas territoriais amplia o alcance da escola, tornando-a um espaço de formação para além dos muros físicos.

De forma convergente, um técnico da SEMA ressaltou que a integração entre EA e gestão territorial é fundamental para consolidar práticas sustentáveis. Esse depoimento confirma que a educação para a sustentabilidade só alcança seu pleno potencial quando articulada a políticas públicas estruturantes, capazes de conectar escola, território e comunidade.

As falas dos professores envolvidos também revelam o caráter inovador da proposta. Ao afirmar que a parceria entre SEDUC e SEMA possibilitou uma abordagem plural e colaborativa, uma docente destacou o valor da interdisciplinaridade como estratégia de ensino. Essa perspectiva ficou ainda mais evidente no trabalho coletivo entre professores de diferentes áreas, que inseriram



a temática ambiental em múltiplas dimensões do currículo, tornando o processo educativo mais integrado, crítico e significativo.

A análise conjunta dos depoimentos de estudantes, professores e técnicos evidencia que a vivência no Programa Parque Escola contribuiu para ampliar a percepção sobre o patrimônio natural e cultural, fortalecer o protagonismo juvenil e consolidar uma consciência crítica acerca da conservação ambiental. Esses resultados reforçam a importância de iniciativas educativas desenvolvidas em espaços não formais de aprendizagem, ao demonstrarem seu potencial para integrar conhecimentos científicos, experiências territoriais e formação cidadã, ampliando o alcance das práticas escolares e contribuindo para a formação de sujeitos comprometidos com a sustentabilidade e a justiça socioambiental.

Dessa forma, ao dialogar com os sujeitos diretamente envolvidos, constata-se que o Programa Parque Escola não apenas favoreceu aprendizagens conceituais, mas promoveu a constituição de valores éticos, atitudes responsáveis e uma postura cidadã voltada à sustentabilidade. O Parque Nacional de Sete Cidades, ao ser apropriado pedagogicamente, revelou-se como uma verdadeira escola a céu aberto, em que o passado se encontra com o presente para projetar futuros mais justos e sustentáveis.

Conclui-se, portanto, que a articulação entre os depoimentos de estudantes, professores e gestores reforça a centralidade das experiências educativas territoriais na formação de sujeitos críticos e engajados. O Programa Parque Escola, ao integrar patrimônio, sustentabilidade e cidadania, confirma sua relevância como política pública e como proposta pedagógica, devendo ser ampliado e fortalecido para consolidar uma EA emancipatória, crítica e transformadora, capaz de responder aos desafios da contemporaneidade e de contribuir para a construção de sociedades mais equitativas, solidárias e sustentáveis.



Não obstante os resultados positivos evidenciados, a pesquisa também problematiza desafios institucionais que incidem sobre a continuidade e a ampliação de programas como o Parque Escola. Entre os principais entraves destacam-se as limitações de financiamento público, a dependência de articulações intersetoriais permanentes, a necessidade de investimentos sistemáticos na formação continuada de docentes alinhada aos pressupostos da EAC e as fragilidades logísticas e administrativas que, por vezes, comprometem a regularidade das ações em territórios de conservação.

Tais aspectos indicam que a sustentabilidade dessas iniciativas requer planejamento institucional consistente, políticas educacionais integradas e cooperação efetiva entre as esferas federal, estadual e municipal, de modo a assegurar sua permanência, capilaridade e efetividade no longo prazo.

No que se refere à potencialidade de replicabilidade, a experiência analisada apresenta contribuições relevantes ao indicar que práticas de EAC podem ser desenvolvidas em diferentes contextos educacionais, desde que ancoradas em princípios orientadores como a valorização do território, a articulação interinstitucional e a ampliação da atuação discente.

O Programa Parque Escola demonstra que o uso pedagógico de espaços públicos de conservação ambiental, aliado a estratégias formativas como a vivência, o diálogo e a escrita reflexiva, constitui uma possibilidade concreta e adaptável a distintas realidades escolares, sem demandar condições excepcionais ou recursos inacessíveis.

Ressalta-se, contudo, que a replicabilidade da experiência não implica sua reprodução mecânica, mas a apropriação crítica de seus fundamentos pedagógicos, respeitando as especificidades socioculturais, institucionais e territoriais de cada contexto. Nesse sentido, os limites identificados ao longo da pesquisa configuram-se como elementos formativos e orientadores para a



formulação de políticas públicas e práticas pedagógicas em EA comprometidas com a formação crítica e a justiça socioambiental.

Para futuras pesquisas, recomenda-se o aprofundamento investigativo acerca dos impactos de médio e longo prazo das vivências pedagógicas proporcionadas pelo Programa Parque Escola na trajetória formativa dos estudantes, especialmente no que concerne à consolidação de práticas cidadãs e ao engajamento socioambiental em seus territórios de origem.

Além disso, sugere-se a realização de estudos comparativos em diferentes unidades de conservação e contextos educacionais, com vistas a identificar fatores que favoreçam a institucionalização, a sustentabilidade e a replicabilidade de programas de EAC fundamentados na valorização dos territórios e na articulação entre políticas públicas, escola e comunidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, S. C. Estudo de Impactos Ambientais: tecendo reflexões sobre as práticas interdisciplinares. **Revista Educação em Debate**, v. 45, n. 91, 2023a. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/educacaoemdebate/article/view/92610>. Acesso em: 13 jan. 2026.

ALVES, S. C. Internacionalização Verde e as Políticas Internacionais de Proteção Socioambiental. **Revista Educação em Páginas**, [s. l.], v. 2, p. e13832, 2023b. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/redupa/article/view/16110>. Acesso em: 13 jan. 2026.

ALVES, S. C. **Environmental Education and Interdisciplinarity**: pedagogical proposal for laboratory practices in the chemistry curricular component. Formiga: Forma Educacional Editora, 2024, 75p. Ebook. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/741234>. Acesso em: 24 out. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. Documento em PDF. Disponível em: https://www.academia.edu/8164823/LAURENCE_BAROIN. Acesso em: 13 jul. 2025.



BOFF, L. **Sustentabilidade**: O que é – O que não é. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44–46, 24 maio 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br>. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 jan. 2026.

CAVALCANTE, L. C. D. Parque Nacional de Sete Cidades, Piauí, Brasil: biodiversidade, arqueologia e conservação de arte rupestre. **Mneme – Revista de Humanidades**, [s. l.], v. 14, n. 32, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/1708>. Acesso em: 17 out. 2025.

CEARÁ. Secretaria da Educação do Estado do Ceará. **Programa Parque Escola**: aprendendo com a natureza. Fortaleza, CE: Secretaria da Educação do Estado do Ceará, 2016. Documento de uso restrito da instituição.

CEARÁ. Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Parque-Escola**. Fortaleza, CE: Secretaria de Meio Ambiente, 2025. Disponível em: <https://www.sema.ce.gov.br/parque-escola/>. Acesso em: 10 out. 2025.

LIMA, I. B. de; ALVES, S. C. **Educação Ambiental e Interdisciplinaridade**: da explicitação de conceitos nos PCNs e DCNEM à prática pedagógica no Ensino Médio. Fortaleza: EdUECE, 2022. *Ebook*. Disponível em: <https://www.uece.br/eduece/home/servicos-e-informativos/livros-acesso-aberto/>. Acesso em: 12 set. 2025.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 32, n. 94, e329402, p. 1-18, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2025.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Getting every learner climate-ready**: putting climate education at the heart of education. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379591>. Acesso em: 16 out. 2025.



ORR, D. W. **Ecological literacy**: education and the transition to a postmodern world. Albany: State University of New York Press, 1992. 210p.

RAMOS MOREIRA, I.; MARQUES, W. O discurso da sustentabilidade no Ensino Médio Integrado do IFTM – Campus Uberaba. **Revista Tecnia**, v. 5, n. 2, p. 112–129, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifg.edu.br/tecnia/article/view/998>. Acesso em: 16 out. 2025.

SANTOS, J. C. dos. **Quadro Geomorfológico do Parque Nacional de Sete Cidades, Piauí**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geociência, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/81615>. Acesso em: 17 out. 2025.

TITTONI, J. **Fotografia e pesquisa-intervenção**: reflexões sobre os modos de ver, falar e viver. *Revista Polis e Psique*, Porto Alegre, v. 2, n. 5, p. 88-110, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/53948>. Acesso em: 25 fev. 2024.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

